BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Audição Anual do Governador do Banco de Portugal pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública30 de maio de 2014

Intervenção Inicial do Governador Carlos da Silva Costa

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O Banco de Portugal divulgou, no início do mês, o seu relatório anual de atividade e contas relativo a 2013. Este documento assume uma relevância particular, na medida em que marca o final do período de execução do Plano Estratégico adotado pelo Banco para 2011-2013 e o início de um novo ciclo estratégico. O relatório contém, por isso, para além, da habitual prestação de contas relativa ao ano de referência, um balanço do trabalho realizado no último triénio. Por ocasião desta audição, o Banco de Portugal divulgou esta manhã um comunicado onde se destacam os principais pontos deste relatório (Anexo 1).

Adicionalmente, foi divulgado, na passada quarta feira, o relatório anual do Conselho de Administração sobre a Economia Portuguesa. No momento em que se conclui o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, iniciado em meados de 2011, e atendendo a que a análise detalhada do ano 2013 fora já objeto de publicações anteriores, o relatório anual apresenta uma análise de médio prazo da economia portuguesa e do processo de ajustamento em curso.

Na mesma linha, optei também por centrar esta intervenção inicial no processo de ajustamento em curso. Começarei por fazer um balanço, necessariamente não exaustivo, dos resultados obtidos no quadro da implementação do Programa. Em segundo lugar, enunciarei as questões que considero prioritárias para os próximos anos, atendendo ao caminho que temos ainda a percorrer. Por último, abordarei

uma questão que está subjacente às crises recorrentes da economia portuguesa – a ausência de uma perspetiva intertemporal das políticas económicas – que precisa de ser resolvida para quebrarmos definitivamente os ciclos de avanços e recuos no nosso desenvolvimento económico.

Terminarei com uma brevíssima referência às contas do Banco de Portugal, aspeto que terei ocasião de desenvolver em resposta às questões que os Senhores Deputados entendam colocar.

Gostaria ainda de referir que foram entregues esta manhã na Assembleia da República, com pedido de distribuição aos membros da COFAP, os relatórios do Conselho de Administração do Banco de Portugal – sobre a atividade e contas e sobre a economia portuguesa. Foram igualmente distribuídas as mais recentes edições dos relatórios de estabilidade financeira e de supervisão comportamental produzidos pelo Banco de Portugal. Esta intervenção inicial será, como habitualmente, disponibilizada no sítio do Banco de Portugal.

1. O ajustamento da economia portuguesa

A interrupção do financiamento de mercado tornou inadiável a correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados na economia portuguesa desde meados dos anos 90.

Esta correção poderia fazer-se de duas formas: ou de forma abrupta, num cenário de cessação forçada de pagamentos, com custos económicos e sociais extremamente gravosos; ou de forma gradual e ordenada, com as necessidades de financiamento asseguradas por credores internacionais, mediante condicionalidade.

O Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, negociado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, permitiu assegurar a previsibilidade

do financiamento ao longo dos últimos três anos, no quadro de uma estratégia destinada a repor o equilíbrio das contas externas e recuperar a confiança dos investidores internacionais, para, deste modo, assegurar o retorno a um financiamento de mercado em condições regulares.

A estratégia de ajustamento assentou em três pilares::

i) A correção estrutural do desequilíbrio nas finanças públicas;

ii) A desalavancagem da economia num quadro de estabilidade financeira;

iii) A preparação e implementação de um vasto conjunto de reformas estruturais com vista à eliminação dos principais bloqueios ao crescimento económico.

No final do Programa, vale a pena fazer um balanço sobre os resultados da sua implementação. A este propósito, deixaria três notas.

A primeira nota consiste em destacar o progresso assinalável na correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa.

Assistimos ao **reequilíbrio das contas externas**. A balança corrente e de capital passou de um défice de 9,5% do PIB em 2010 para um excedente de 2,6% em 2013. Este ajustamento foi globalmente semelhante ao observado nos anteriores acordos de estabilização com o FMI de 1977 e 1983, não obstante a ausência do instrumento cambial e o crescimento bastante mais reduzido da procura externa (Gráfico 1).

Os agentes económicos reagiram rapidamente à alteração de incentivos. Os particulares reduziram significativamente o consumo e aumentaram a taxa de poupança. Por seu turno, as empresas reorientaram a produção de bens e serviços para o mercado externo. Embora as exportações não tenham crescido tanto como nos anteriores episódios de ajustamento, houve um aumento das quotas de mercado. Os ganhos acumulados de quota de mercado entre 2011 e 2013 ascenderam a cerca de 12 p.p. Ao aumentarem as suas exportações acima da procura externa, as empresas portuguesas revelaram uma capacidade notável de

reação a alterações adversas e demonstraram o papel fundamental de fatores de competitividade não-preço. Este facto é muito importante na perspetiva da União Económica e Monetária, porque evidencia que é possível corrigir desequilíbrios das contas externas num quadro de moeda única.

Uma questão que se tem colocado frequentemente é a de saber até que ponto, num contexto de recuperação da procura interna, não haverá uma reversão dos ganhos de quota registados nos últimos anos. A este respeito, importa ter presente que uma decisão de exportação exige às empresas que invistam recursos. A evidência empírica sugere que, quando o retorno desse investimento é favorável, as empresas tendem a não abandonar a sua atividade exportadora, mesmo num contexto de recuperação da procura interna. Contudo, é essencial prosseguir com as reformas estruturais necessárias para reforçar e suportar a transição para um modelo de crescimento económico sustentado orientado para as exportações (Gráfico 2).

Adicionalmente, é de realçar **o significativo ajustamento do saldo orçamental**. O défice das administrações públicas reduziu-se de 9,8% do PIB em 2010 para 4,9% em 2013 e o saldo primário registou uma melhoria de 6,4 p.p. do PIB, tendo em 2013 verificado um valor próximo do equilíbrio (-0,6% do PIB) (Quadro 1). Os contributos acumulados da receita e da despesa para a consolidação orçamental neste período foram de magnitude semelhante. Este ajustamento é notável se fizermos uma comparação internacional e também compara bem com o que se verificou em 1983-1985 (Gráfico 3).

Apesar dos progressos registados na evolução do saldo orçamental, **a dívida pública** aumentou 35 p.p. do PIB entre 2010 e 2013, situando-se em 129% em 2013. O contributo mais importante para este aumento resulta de ajustamentos ao stock de dívida bruta sem contrapartida no défice, sobretudo relacionados com a acumulação de ativos financeiros. Em termos acumulados, o valor destes ajustamentos défice-dívida ascendeu a cerca de 15 por cento do PIB, destacando-se a acumulação de depósitos das administrações públicas e o impacto da emissão de

instrumentos de capital contingente no âmbito dos processos de capitalização de um conjunto de bancos nacionais. Um segundo contributo muito relevante para o aumento da dívida foi a despesa com juros, 12.6 por cento do PIB no conjunto dos três anos. Finalmente, os efeitos do défice primário e da variação do PIB nominal contribuíram também, ainda que em menor medida, para o aumento do rácio da dívida.

A segunda nota que destacaria é a de que o ajustamento ocorreu num quadro macroeconómico particularmente adverso que agravou o já elevado nível de desemprego.

A **significativa redução da despesa das famílias refletiu a contração do rendimento disponível** – que em três anos recuou para o nível observado em 2004/2005 – e o impacto das condições restritivas de acesso ao crédito e do elevado nível de endividamento sobre a capacidade de alisamento do consumo (Gráfico 4). De facto, a despesa interna contraiu-se mais do que nos programas anteriores, sendo a diferença mais notória no comportamento do consumo privado (Gráfico 5). Por seu turno, e em contraste com os ajustamentos anteriores, a taxa de poupança das famílias aumentou, atingindo máximos desde o início da área do euro. Esta evolução sugere que o choque sobre o rendimento disponível foi percebido como permanente.

Com efeito, a ausência do fenómeno da ilusão monetária contribuiu para uma revisão em baixa das expectativas de rendimento permanente dos agentes privados, o que acelerou e ampliou o impacto das medidas de política sobre a despesa interna. Nos ajustamentos anteriores, a ilusão monetária permitiu uma grande redistribuição de riqueza de forma silenciosa: os detentores de ativos monetários e os que tinham rendimentos fixos perderam poder de compra, mas, como os rendimentos nominais aumentaram, não notaram de imediato – e muito menos anteciparam – a perda em termos reais. Num processo "anestésico" deste tipo, a reação da procura privada tende a ser menos intensa e imediata do que num

processo em que os cidadãos constatam que o seu rendimento está a cair (Gráfico 6).

A forte contração da procura interna, a perceção de que esta contração era persistente e o ajustamento da estrutura produtiva anterior – setor não transacionável sobredimensionado relativamente ao setor transacionável – resultaram num **aumento muito significativo do desemprego**. Em 2013, a taxa média de desemprego situou-se em 16,3 por cento. O aumento do desemprego afetou todos os grupos etários, mas foi particularmente acentuado nos jovens. Importa salientar que a evolução recente do desemprego se insere numa tendência de aumento do desemprego observada desde 2000, o que revela disfuncionalidades e desajustamentos estruturais entre a oferta e a procura de trabalho. Estimativas do Banco de Portugal apontam para uma taxa desemprego estrutural muito elevada, em torno de 11%.

A terceira nota é que, apesar das condições internas e externas muito exigentes, a estabilidade do sistema financeiro foi preservada.

A estratégia que o Banco de Portugal vinha a prosseguir desde 2010 para assegurar a estabilidade e reforçar a resiliência do sistema financeiro foi incorporada e aprofundada no quadro do Programa de Ajustamento. Esta estratégia tinha como objetivos: o reforço da solvabilidade dos bancos, a proteção da liquidez do sistema, o reforço do acompanhamento e supervisão do sistema bancário e a melhoria do quadro regulamentar. Em resultado da sua implementação, o sistema bancário português encontra-se atualmente mais capitalizado, tem uma posição de liquidez mais favorável e é mais transparente. Beneficiamos atualmente de melhor supervisão e de um quadro regulamentar mais robusto.

2. O caminho a percorrer

É manifesto que, nos últimos três anos, muitos progressos foram feitos. Mas é também evidente que permanecem várias fragilidades que têm de ser resolvidas. A meu ver, as prioridades de atuação nos próximos anos são as seguintes:

- **Absorção do desemprego estrutural**. A solução para este grave problema depende necessariamente da restruturação da economia e da transferência adicional de recursos do setor não transacionável para o transacionável. A transferência de capital humano não é instantânea: requer investimentos economicamente viáveis e a adequação dos trabalhadores que estão hoje no desemprego aos requisitos de qualificação desses mesmos investimentos. Ou seja, este processo vai levar tempo, certamente muito mais do que o desejável tendo em conta o impacto do desemprego sobre os indivíduos e sobre a sociedade. Por esse motivo, é necessário reforçar mecanismos que mitiguem os efeitos do ajustamento sobre a coesão da sociedade portuguesa e mecanismos de apoio à requalificação dos desempregados de longo prazo.

- **Melhoria da autonomia financeira das empresas não financeiras.** As empresas portuguesas têm rácios de alavancagem muito elevados. Em 2012, o nível de autonomia financeira das empresas não financeiras era, em média, 30% e o peso dos juros no *cash-flow* gerado era superior a 50% (Quadro 2). Os elevados níveis de endividamento das empresas são um obstáculo ao investimento. É, pois, fundamental desenvolver instrumentos financeiros que permitam reforçar a autonomia financeira das empresas, designadamente através da conversão de dívida em capital, e definir um quadro de política económica, nomeadamente fiscal, que favoreça o interesse pela abertura e aumento do capital social das empresas.

- **Melhoria da rendibilidade dos bancos**. Num quadro de recessão prolongada da atividade económica e de taxas de juro de curto prazo baixas,

a rendibilidade dos bancos tem estado sujeita a grande pressão. A melhoria da rendibilidade exige que os bancos atuem em diversas frentes. Por um lado, devem encontrar formas de reduzir a proporção dos ativos antigos com diferenciais de taxa de juro baixos (crédito hipotecário), libertando, desse modo, liquidez para nova atividade. Por outro lado, devem prosseguir com determinação os esforços de racionalização com vista à redução dos custos operacionais. Por último, devem procurar ativamente investidores estratégicos que possam trazer novo capital para as instituições.

- **Continuação do processo de consolidação orçamental.** Para este efeito é crítico um acordo entre as principais forças políticas relativamente à trajetória das finanças públicas. O nível da dívida pública portuguesa torna-nos particularmente vulneráveis a choques económicos adversos e a alterações abruptas na perceção de risco nos mercados financeiros internacionais. Por conseguinte, não existe margem para complacência na prossecução do ajustamento orçamental. Como já referi em anteriores intervenções públicas, o cumprimento estrito dos nossos compromissos orçamentais europeus assegura uma trajetória sustentável para a dívida pública, mesmo num cenário macroeconómico conservador. Contudo, o esforço orçamental ainda requerido é significativo e as medidas temporárias que tiveram de ser tomadas em situação de urgência devem dar lugar a medidas permanentes. Para o efeito, é necessário, por um lado, uma concertação dos agentes políticos em torno de uma efetiva reforma do Estado e do processo orçamental e, por outro lado, para que as medidas sejam socialmente aceites, é necessário que sejam transparentes e equitativas e é importante explicá-las bem aos portugueses.

3. A necessidade de uma perspetiva intertemporal das políticas públicas

A **ausência de uma perspetiva intertemporal das políticas públicas** é uma característica persistente da nossa história e tem estado na origem das crises económicas e financeiras recorrentes com que nos temos confrontado.

Na verdade, parece existir uma incapacidade crónica da sociedade portuguesa para adotar políticas e se vincular a regras que assegurem, de forma continuada, a sustentabilidade das contas públicas e das contas externas e os níveis de competitividade compatíveis com a salvaguarda do emprego. Os custos macroeconómicos das políticas insustentáveis são muito elevados e conhecidos, resultando em ciclos de paragens e retomas do crescimento que condicionam o ritmo e a sustentabilidade do processo de desenvolvimento económico.

Mas as más políticas económicas têm também custos microeconómicos elevados, porque geram uma má afetação de recursos - capital e trabalho - e dão origem à insolvência dos agentes económicos que se nortearam pelos sinais errados. As opções de política económica tomadas pelos decisores públicos transmitem sinais aos agentes económicos e influenciam determinantemente as suas decisões, designadamente as de investimento. Com efeito, a condução de políticas económicas insustentáveis induz decisões dos agentes económicos que, embora suportadas por racionalidade microeconómica, ficam comprometidas a prazo por ausência de racionalidade macroeconómica. Este é o caso de muitos investimentos que foram feitos antes da atual crise no setor dos não transacionáveis – por exemplo, na construção e no comércio –, que assentaram numa política, insustentável, de expansão continuada da procura interna financiada por crédito. É necessário ter presente que os custos individuais e sociais que daqui decorrem, embora menos visíveis, são muito elevados e frequentemente não reversíveis. Esta situação ilustra claramente a importância da responsabilidade social dos decisores de política económica. Os agentes políticos devem considerar nas decisões as implicações futuras das várias opções, não só a nível macro mas também a nível microeconómico.

Isto significa que, para quebrarmos definitivamente o padrão de crises recorrentes, é primordial consensualizar regras coletivas que ancorem os incentivos na direção da sustentabilidade a prazo das opções imediatas. E é necessário integrar essas regras num quadro institucional que promova e garanta a mediação política e social necessária para a sua continuada observância.

*

Como referi inicialmente, e uma vez que não gostaria de ultrapassar o tempo que me foi atribuído para esta intervenção inicial, deixarei para a sessão de perguntas e respostas comentários detalhados sobre a atividade e contas do Banco de Portugal.

Não posso, contudo, deixar de fazer uma brevíssima referência aos resultados financeiros de 2013.

No final de 2013, o total do balanço do Banco de Portugal era de €111 592 milhões. A diminuição de cerca de 7.8 mil milhões face a 2012 deveu-se, essencialmente, ao significativo decréscimo do preço de mercado do ouro e à descida acentuada do montante de cedência de liquidez nas operações de política monetária ao nível do Banco de Portugal, cujo montante global baixou para €47 864 milhões (€52 784 milhões, em 2012), refletindo menores necessidades de refinanciamento do sistema bancário nacional junto do Eurosistema.

O resultado líquido do exercício de 2013 foi de €253 milhões (€449 milhões, em 2012), após uma transferência de €130 milhões para a provisão para riscos gerais. A redução do resultado face a 2012 deveu-se, essencialmente, ao decréscimo da margem de juro (resultante da redução das taxas de rendimento médias anuais e dos saldos médios dos ativos de política monetária) e ao aumento dos prejuízos

não realizados (resultante, principalmente, de diferenças de reavaliação cambiais negativas e da desvalorização do preço dos títulos da carteira de negociação em euros).

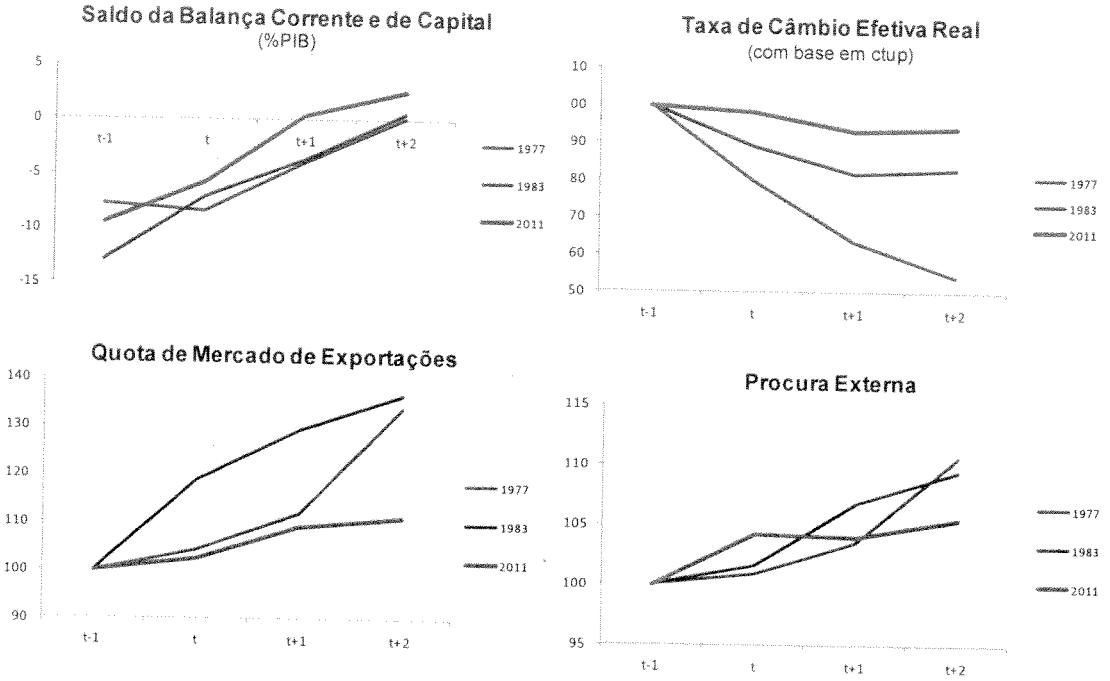
O resultado obtido permitiu uma distribuição de dividendos ao Estado de €202 milhões. De referir que, nos últimos seis anos, o Banco de Portugal transferiu para o Estado, em impostos e dividendos, um valor médio anual de 287 milhões de euros.

Lisboa, 30 de maio de 2014

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Gráfico 1

Comparação com anteriores programas de assistência financeira: evolução das contas externas



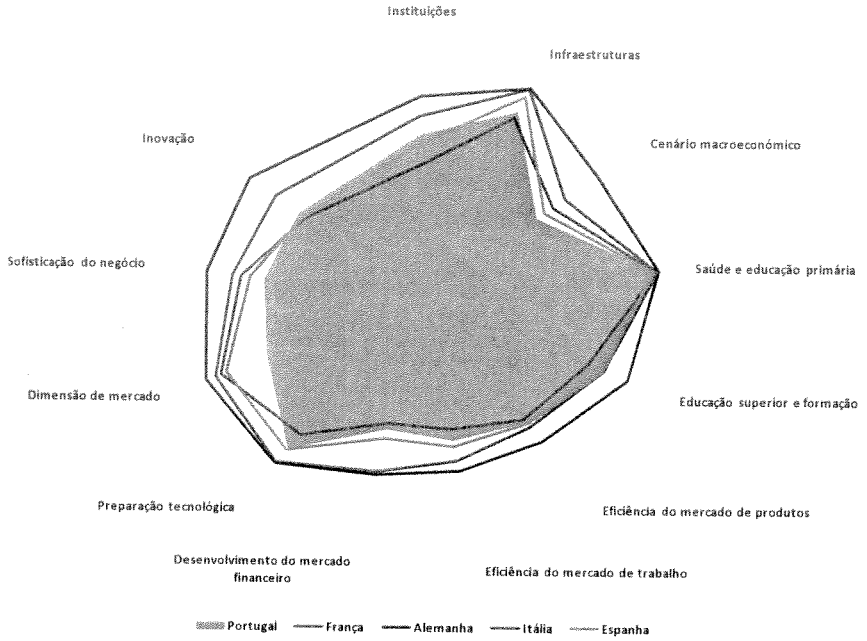
Nota: t corresponde ao ano do início do programa (variável=100 em t-1 e dados em termos reais, exceto onde indicado)

Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 2

Indicador de Competitividade

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA



Fonte: Global Competitiveness Report 2013-2014

Quadro 1

Principais indicadores orçamentais

Em percentagem do PIB

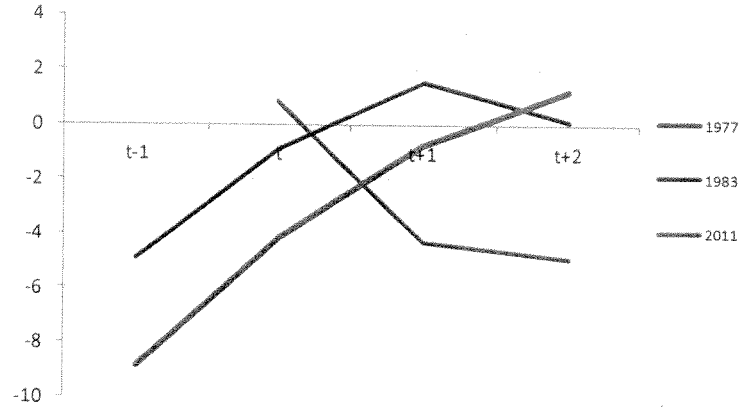
	2010	2011	2012	2013	2010-2013
Saldo total	**-9,8**	**-4,3**	**-6,4**	**-4,9**	**4,9**
Medidas temporárias	0,4	3,6	0,0	0,3	-0,1
Fatores especiais	1,5	0,9	0,5	0,0	-1,5
Saldo total excluindo medidas temporárias e fatores especiais	-8,7	-7,1	-6,0	-5,3	3,5
Componente cíclica	1,4	0,5	-1,4	-2,2	-3,6
Saldo estrutural	**-10,1**	**-7,6**	**-4,6**	**-3,0**	**7,1**
Despesa em juros	2,8	4,0	4,3	4,3	1,5
Saldo primário estrutural	**-7,3**	**-3,5**	**-0,3**	**1,2**	**8,5**
Receita estrutural (em percentagem do PIB tendencial)	**39,2**	**41,0**	**41,1**	**43,6**	**4,3**
Despesa primária estrutural (em percentagem do PIB tendencial)	**46,7**	**44,6**	**41,3**	**42,4**	**-4,3**
Dívida pública	**94,0**	**108,2**	**124,1**	**129,0**	**35,0**
Variação da dívida pública (em p.p.)	10,3	14,3	15,8	4,9	35,0
Contributo do saldo primário	7,0	0,3	2,1	0,6	3,1
Efeito da despesa em juros	2,8	4,0	4,3	4,3	12,6
Efeito do crescimento económico	-2,1	1,0	3,9	-0,4	4,5
Ajustamentos défice-dívida	2,6	9,0	5,4	0,4	14,8
por memória:					
Receita total	41,6	45,0	40,9	43,7	2,1
Despesa total	51,5	49,3	47,4	48,7	-2,8
Saldo Primário	-7,0	-0,3	-2,1	-0,6	6,4

Fonte: INE e Banco de Portugal
Nota: São considerados fatores especiais as transações que afetam pontualmente o défice das administrações públicas, mas que, de acordo com a definição do Eurosistema, não podem ser tratadas como medidas temporárias. Os valores estruturais são ajustados do ciclo e dos efeitos de medidas temporárias e de fatores especiais. As componentes cíclicas e as medidas temporárias são apuradas pelo Banco de Portugal, de acordo com as metodologias utilizadas no Eurosistema.

Gráfico 3

Comparação com anteriores programas de assistência financeira: evolução do saldo primário estrutural das Administrações Públicas

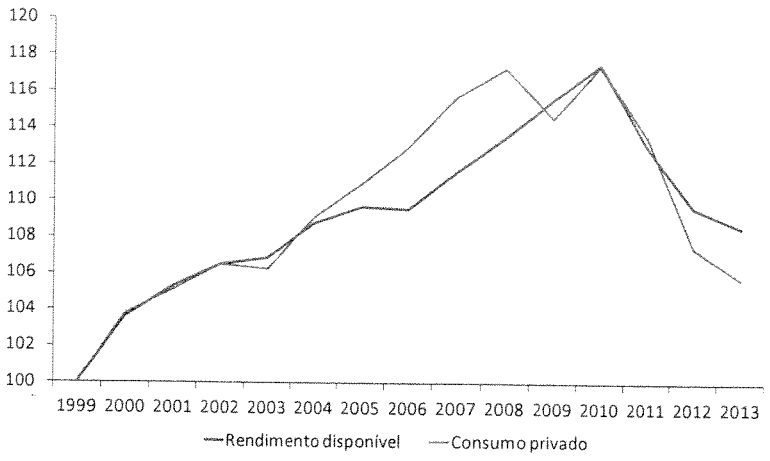
(%PIB)



Nota: t corresponde ao ano do início do programa. O saldo primário estrutural é corrigido dos efeitos cíclicos. Para o período mais recente, é também ajustado de medidas temporárias e efeitos especiais.
Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 4

Rendimento disponível e consumo

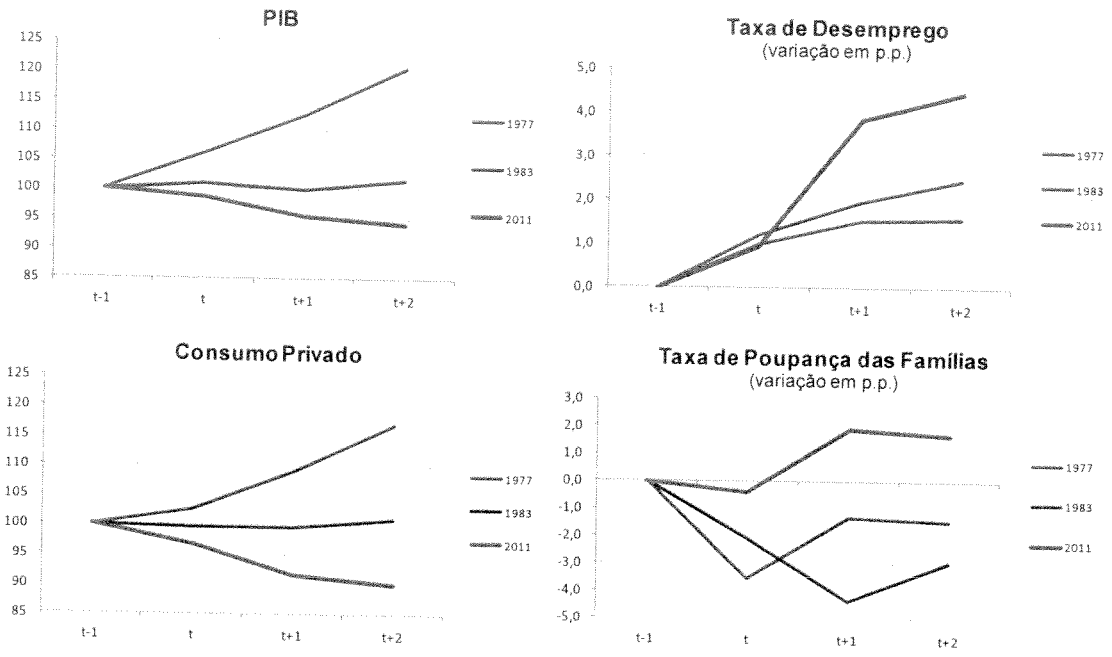


Fonte: INE

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Gráfico 5

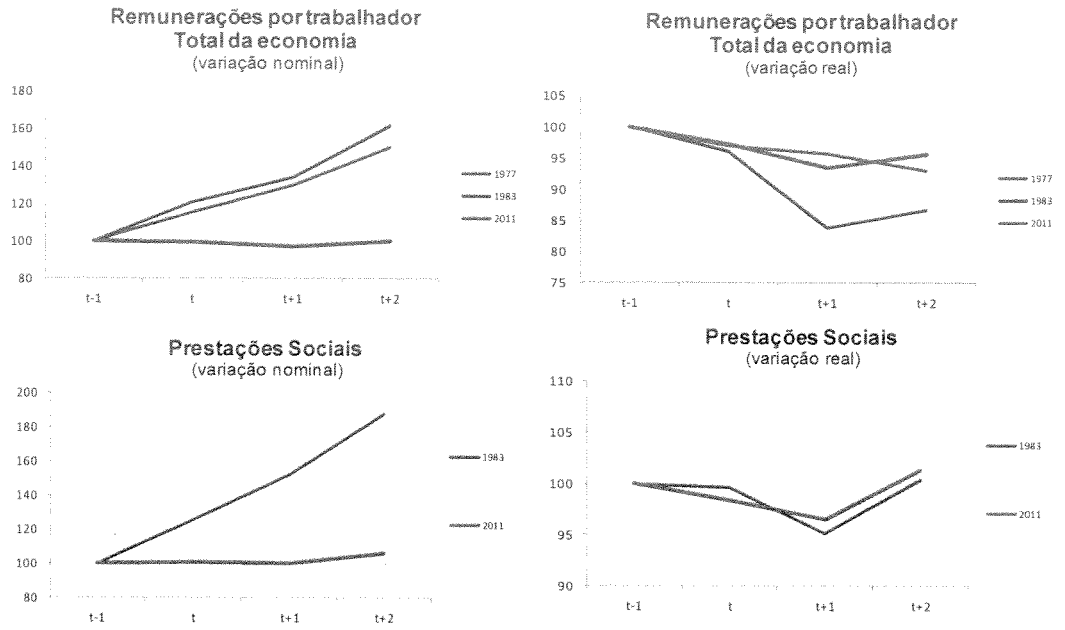
Comparação com anteriores programas de assistência financeira: evolução da despesa interna e dos salários e pensões



Nota: t corresponde ao ano do início do programa (variável=100 em t-1 e dados em termos reais, exceto onde indicado)
Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 6

Comparação com anteriores programas de assistência financeira: evolução das remunerações e das pensões



Nota: t corresponde ao ano do início do programa (variável=100 em t-1 e dados em termos reais, exceto onde indicado)
Fonte: Banco de Portugal

Quadro 2

Situação Financeira das Empresas
(excluindo SGPS)

	2008	2012
Rácio de Autonomia Financeira		
Mediana	22,9	23,8
Média Ponderada	35,0	30,2
Juros em % do cash-flow		
Mediana	18,3	10,8
Média Ponderada	46,6	57,0
Dívida Financeira em % do EBITDA		
Mediana	279,8	366,9
Média Ponderada	584,1	944,3

Fonte: Banco de Portugal

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

ANEXO 1

30 de maio de 2014

Comunicado sobre o Relatório de Atividade e Contas 2013 do Banco de Portugal

Por ocasião da audição anual do Governador Carlos da Silva Costa na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República

O Banco de Portugal divulgou, no início de maio, o Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas 2013.

A primeira parte do relatório descreve as principais atividades do Banco de Portugal em 2013 e faz um balanço das realizações do triénio 2011-2013, uma vez concluído este ciclo de planeamento estratégico. A segunda parte apresenta o balanço e as contas anuais do Banco.

I – Atividade do Banco de Portugal em 2011-2013

Entre 2011 e 2013, o Banco de Portugal introduziu importantes alterações no seu modelo de governação e de controlo interno e na sua organização e estratégia de atuação, procurando dar cumprimento às quatro Linhas Gerais de Orientação Estratégica definidas:

1. Estabilidade financeira no contexto europeu;
2. Contribuição efetiva para o desempenho das funções de autoridade monetária no quadro do Eurosistema;
3. Organização e gestão eficiente dos recursos;
4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade.

A atividade do Banco de Portugal desenvolveu-se num contexto particularmente exigente, marcado pela execução do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), por tensões nos mercados financeiros, pela fragmentação financeira na área do euro e pela decisão de criação da União Bancária.

No triénio, o Banco de Portugal foi chamado a assumir diversas responsabilidades na implementação do PAEF: em matéria de salvaguarda da estabilidade financeira, aconselhamento económico e financeiro ao Governo, reporte estatístico e processamento dos

fluxos financeiros do programa. Foram atribuídos ao Banco novos poderes de autoridade de resolução e de autoridade macroprudencial.

1. Estabilidade Financeira

- Para reforçar a eficácia e a eficiência da supervisão, mas também para se adaptar aos novos poderes macroprudenciais e de resolução e preparar para os desafios da União Bancária e, o Banco de Portugal operou profundas transformações na sua estrutura interna e adotou um modelo de supervisão mais baseado no risco, mais intrusivo e com um enfoque mais transversal e prospetivo. O Banco de Portugal:

  - Segregou as funções de supervisão e de ação sancionatória e autonomizou em quatro departamentos as competências de supervisão macroprudencial, supervisão prudencial, supervisão comportamental e de averiguação e ação sancionatória. Para coordenar, ao mais alto nível, as diferentes áreas de supervisão e estabilidade financeira, criou a Comissão Especializada para a Supervisão e Estabilidade Financeira;

  - Desenvolveu novos instrumentos de supervisão (por exemplo, os Planos de Financiamento e de Capital);

  - Realizou testes de esforço trimestrais para avaliar a capacidade do sistema bancário para enfrentar cenários adversos;

  - Conduziu várias ações de inspeção transversais aos maiores grupos bancários nacionais, centradas em determinadas classes de ativos e processos;

  - Desenvolveu ferramentas analíticas para avaliar o risco sistémico (por exemplo, construção de indicadores de risco de contágio entre setores e instituições);

  - Intensificou a sua atuação sancionatória, o que se traduziu numa forte recuperação de pendências, numa significativa redução na duração média dos processos de contraordenação e no aumento dos processos instaurados e decididos anualmente.

- Entre 2011 e 2013, o Banco de Portugal promoveu (i) o reforço da solvabilidade dos bancos e (ii) a proteção da liquidez do sistema, (iii) intensificou o acompanhamento e a supervisão do sistema bancário e (iv) investiu na melhoria do quadro regulamentar, nomeadamente no âmbito da execução do Programa de Assistência, da implementação do acordo de Basileia III e da construção da União Bancária. Para preservar a liquidez do sistema bancário nacional, Banco colaborou ativamente com o Banco Central Europeu na definição e implementação de medidas não convencionais de política monetária.

- O Banco desempenhou também um papel relevante na densificação do quadro normativo dos mercados bancários de retalho e reforçou a sua atuação fiscalizadora neste domínio. O Banco apostou ainda na promoção da inclusão e da literacia financeira, dinamizando, com os outros supervisores financeiros, o Plano Nacional de Formação Financeira.

2. Funções de autoridade monetária

O Banco de Portugal reforçou a qualidade das suas análises e estudos económicos, fundamentais para uma intervenção influente no Eurosistema e na definição e execução do PAEF. O Banco desenvolveu bases de microdados estatísticos que permitiram dar resposta aos pedidos de informação no âmbito do Programa e apoiar estudos sobre o sistema financeiro e sobre a economia portuguesa.

- Enquanto regulador, fiscalizador e catalisador dos sistemas de pagamento, o Banco de Portugal assegurou o bom funcionamento do *TARGET2*-PT, iniciou o projeto de ligação ao TARGET2-*Securities* e promoveu a migração para a Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA). O Banco também participou ativamente no desenvolvimento da nova série de notas de euro (Série Europa) e na introdução da primeira denominação (€5), em maio de 2013. As novas notas são ainda mais seguras e mais resistentes do que as notas da primeira série.

- Em 2011-2013, o Banco de Portugal reforçou a sua atividade internacional e intensificou as ações de cooperação com outros bancos centrais, nomeadamente dos países de língua portuguesa.

3. Organização e gestão eficiente dos recursos

- No triénio, o Banco de Portugal reforçou o seu modelo de governo e de organização, tendo como referência as melhores práticas internacionais. Criou a figura de "Consultor de Ética" e adotou novos códigos de conduta para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Auditoria e para os colaboradores. Foi revisto o estatuto da função de auditoria interna e aprovado o regulamento do Conselho de Auditoria. Foi adotada uma nova estratégia de gestão integrada do risco, consubstanciada num novo Departamento de Gestão de Risco e numa Comissão para o Risco e o Controlo Interno.

- Para responder às funções que lhe foram atribuídas e aos desafios do contexto nacional e internacional, o Banco investiu na renovação dos seus quadros, na mobilidade interna e na qualificação dos colaboradores. O quadro de efetivos tornou-

se mais jovem, mais qualificado e mais equilibrado entre géneros. A política remunerativa refletiu a preocupação do Conselho de Administração em conciliar medidas de contenção – associando o Banco ao esforço da sociedade portuguesa no atual contexto económico – com a promoção do mérito e da qualidade do desempenho.

- Na gestão financeira e patrimonial, o Banco de Portugal racionalizou custos e melhorou os procedimentos orçamentais (ver Contas). Finalmente, são de realçar, no triénio, as obras de reabilitação e restauro do edifício sede do Banco, no decurso das quais foi identificado um troço da muralha de D. Dinis (Monumento Nacional), entretanto musealizado.

4. Comunicação e prestação de serviços à comunidade

- No triénio, o Banco de Portugal adotou uma comunicação mais pró-ativa, procurando prestar contas sobre o que faz, porque faz e como faz, e uma postura de maior proximidade em relação à comunidade, que conduziu também ao reforço da sua política de responsabilidade social. O Banco intensificou os contactos com a comunicação social, fortaleceu a interação com a comunidade financeira, disponibilizou novos conteúdos e serviços para particulares (em particular, para o cliente bancário) e para as empresas e criou um centro de atendimento telefónico integrado. O Banco reforçou também a divulgação regular de publicações sobre as diversas áreas de atuação e aumentou e diversificou os seminários e conferências que promove, alguns dos quais em colaboração com outras entidades.

II – Contas do Banco de Portugal em 2013

- No final de 2013, o total do balanço do Banco de Portugal era de €111 592 milhões (€119 406 milhões, em 2012). A diminuição em relação ao total do balanço registado em 2012 deveu-se, essencialmente, ao significativo decréscimo do preço de mercado do ouro e à descida acentuada do montante de cedência de liquidez nas operações de política monetária pelo Banco de Portugal para €47 864 milhões (€52 784 milhões, em 2012), refletindo as menores necessidades de refinanciamento do sistema bancário nacional junto do Eurosistema.

- O resultado líquido do período de 2013 foi de €253 milhões (€449 milhões, em 2012), após uma transferência de €130 milhões (€268 milhões, em 2012) para a provisão para riscos gerais, possibilitando uma distribuição de dividendos ao Estado de €202 milhões (€359 milhões, em 2012).

O Conselho de Administração do Banco de Portugal aprovou no dia 25 de fevereiro de 2014 as contas anuais do Banco de Portugal relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2013. As contas anuais foram posteriormente objeto de opinião dos auditores externos e de parecer do Conselho de Auditoria. De acordo com o despacho 81/14/MEF, as contas anuais de 2013 foram aprovadas pela Ministra de Estado e das Finanças a 30 de abril de 2014. Serão publicadas em Diário da República, juntamente com o relatório de gestão, até 31 de maio de 2014.

Provisão para riscos gerais

O Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu transferir, em 31 de dezembro de 2013, um montante de €130 milhões (€268 milhões, em 2012) para a provisão para riscos gerais, que aumentou para €3 322 milhões. O reforço da provisão foi inferior ao dos últimos anos, em resultado, entre outros fatores, da melhoria da cobertura contabilística dos riscos de balanço.

A provisão para riscos gerais tem natureza equivalente a reserva, dado que é permanente, destinando-se a cobrir riscos potenciais de balanço numa perspetiva de médio e longo prazo. A sua dotação é revista anualmente e tem em consideração, entre outros fatores, a avaliação de riscos efetuada para o período em análise e os resultados da projeção das demonstrações financeiras do Banco de Portugal a três anos, num contexto de fortalecimento de recursos próprios e da manutenção de uma autonomia financeira adequada à missão que prossegue.

Margem de juros e resultados de operações financeiras

O **resultado líquido de juros e de gastos e rendimentos equiparados** totalizou €727 milhões em 2013 (€803 milhões, em 2012). Este resultado inclui um montante de juros dos ativos de €1 156 milhões (€1 513 milhões, em 2012) e de juros dos passivos de €429 milhões (€710 milhões, em 2012). A diminuição dos juros dos ativos em relação a 2012 deveu-se, essencialmente, (i) à redução das taxas de rendimento médias anuais; (ii) ao decréscimo do saldo médio dos ativos de política monetária; e (iii) à redução do montante global das carteiras

de títulos de política monetária[1], resultante do vencimento desses títulos. Por outro lado, a redução ocorrida nos juros dos passivos decorreu, em grande parte, da diminuição significativa de taxas médias anuais e dos saldos médios associados aos principais passivos de balanço, entre os quais se destacam as responsabilidades para com o Eurosistema (TARGET).

Os **resultados realizados em operações financeiras** registaram um valor negativo de €5 milhões em 2013 (€91 milhões positivos, em 2012). Este resultado negativo é composto maioritariamente por prejuízos realizados em operações cambiais, em parte compensados por resultados positivos realizados em operações com instrumentos financeiros das carteiras de negociação.

Os **prejuízos não realizados** ascenderam a €114 milhões em 2013 (€2 milhões, em 2012). Estes prejuízos resultaram, principalmente, de diferenças de reavaliação cambiais negativas (€55 milhões) e da desvalorização do preço dos títulos da carteira de negociação em euros (€60 milhões). De acordo com as regras contabilísticas harmonizadas no Eurosistema, as valias potenciais em final de período têm um tratamento assimétrico: as positivas são reconhecidas em balanço e as negativas registadas em resultados.

Gastos administrativos

Em 2013, a evolução dos gastos administrativos do Banco de Portugal continuou a refletir as orientações estratégicas do Conselho de Administração de racionalização e contenção de gastos, com o objetivo associar o Banco ao esforço da sociedade portuguesa no atual contexto económico e financeiro. A evolução dos gastos administrativos refletiu ainda o reforço do quadro técnico do Banco, necessário para responder ao acréscimo das responsabilidades cometidas à instituição em matéria de supervisão e de estabilidade financeira.

Numa base comparável, os **gastos com pessoal** aumentaram €4 milhões (3,2%) face a 2012, sobretudo devido ao imprescindível reforço do quadro técnico do Banco de Portugal. A variação verificada nos valores registados contabilisticamente (€123 milhões em 2013 e €108 milhões em 2012) é o reflexo do reconhecimento contabilístico em 2013 do subsídio de férias que deveria ter sido pago e contabilizado em 2012. Mais especificamente, o subsídio de férias de 2012 não foi refletido contabilisticamente naquele ano em resultado da decisão da suspensão do seu pagamento baseada na aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2013.

[1] Os programas de aquisição de títulos de política monetária (*Covered Bonds Purchase Programme* – CBPP, *Securities Market Programme* – SMP e *Covered Bonds Purchase Programme* II - CBPP II) encontram-se encerrados a novas aquisições de títulos desde 2012.

Em 2013, por ter sido considerada inconstitucional a referida suspensão (Acórdão do Tribunal Constitucional n.º187/2013),foram registados os subsídios de férias de 2012 e 2013 (com os respetivos encargos sociais obrigatórios).

Os **fornecimentos e serviços de terceiros** totalizaram €38 milhões em 2013 (€41 milhões, em 2012). Esta redução traduziu fundamentalmente o decréscimo de €4 milhões dos gastos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), que, em 2013, tiveram reduzida expressão.

Os **outros gastos de natureza administrativa** – que compreendem maioritariamente os gastos com depreciações e amortizações de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, respetivamente – totalizaram €15 milhões em 2013 (€19 milhões, em 2012). Esta diminuição resultou, essencialmente, da conclusão, em 2012, da amortização de sistemas aplicacionais de elevada expressão financeira.